

# Ingresso, matrícula e conclusão em cursos de graduação de alunos público-alvo da educação especial na cidade de Ponta Grossa – Paraná<sup>1</sup>

## RESUMO

**Renato Marcondes**

[renatomarcondes.renato@gmail.com](mailto:renatomarcondes.renato@gmail.com)

0000-0002-8018-1985

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

**Sani de Carvalho Rutz da Silva**

[sani@utfpr.edu.br](mailto:sani@utfpr.edu.br)

0000-0002-1548-5739

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

**Silvio Luiz Rutz da Silva**

[rutz@uepg.br](mailto:rutz@uepg.br)

0000-0003-1859-9018

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

A expansão do ensino superior permitiu o acesso de grupos cada vez mais heterogêneos nas Instituições de Ensino Superior (IES), como o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Nesta perspectiva, objetiva-se com este estudo apresentar e analisar os dados de ingresso, matrícula e conclusão em cursos de graduação dos alunos PAEE da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Ponta Grossa (UTFPR-PG), disponíveis no Censo da Educação Superior entre 2009 e 2020. Esta é uma pesquisa documental e qualitativa, os micros dados do Censo da Educação Superior foram tratados com auxílio do *Software* Excel®. Observou-se que o maior número de ingressantes na UEPG ocorreu em 2010, enquanto na UTFPR-PG o primeiro ingresso registrado no censo foi em 2016. A UEPG apresenta um maior número de matrículas, enquanto a UTFPR-PG vem crescendo nos últimos três anos. A taxa de conclusão do curso de graduação é baixa em ambas as IES, e menor que o número de matrículas. O cenário representado por estes dados apresenta como o acesso do PAEE está se dando no ensino superior destas duas IES, fornecendo apontamentos sobre o ingresso e matrícula, mas também, sobre a conclusão, sendo que esta última necessita de maiores investigações, pois, os números de alunos PAEE matriculados não são condizentes com o número de alunos PAEE concluintes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Equidade no Ensino. Graduação. Educação Especial.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas observou-se no Brasil um movimento de expansão do ensino superior, chegando a marcas históricas como em 2018 com 8,5 milhões de matrículas, possibilitando que parcelas cada vez maiores da população acessem estas instituições (SENKEVICS, 2021).

Neste cenário, surgiram importantes políticas públicas como a democratização do acesso ao ensino superior por grupos minoritários, a expansão do setor público por programas como o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), a criação e ampliação de ações afirmativas como cursos pré-vestibulares comunitários; políticas de cotas; bolsas e financiamentos, a ampliação do ensino a distância e a igualdade de acesso a instituições; graus e modalidades de ensino (SENKEVICS, 2021).

Este processo de crescimento do ensino superior também possibilitou a diversificação acadêmica por meio do acesso de comunidades cada vez mais heterogêneas nas Instituições de Ensino Superior (IES), ocasionando, em contrapartida, novas demandas relacionadas à formação destes sujeitos, o que nem sempre é inteligível, pois envolve questões como acesso e permanência, adaptação ao/do ambiente universitário, desmotivação, desistências e necessidades cognitivas.

E dentre as diversas comunidades que recentemente vem adentrando as IES, destaca-se neste artigo os alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). O acesso deste grupo ao ensino superior ocorre em meio ao movimento de criação de políticas nacionais e internacionais inclusivas, tais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO], 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), que sustentaram a mudança paradigmática que envolveu o PAEE na década de 1990. E mais recentemente, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008), o Decreto nº 7.612/2011 – Plano Viver sem Limites (BRASIL, 2011), a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – Incluir (BRASIL, 2013), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), e a Lei nº 13.409/2016 (BRASIL, 2016a).

O atual paradigma<sup>2</sup> se configura na busca de práticas pedagógicas que atendam aos estudantes PAEE oferecendo currículo, métodos e estratégias flexibilizadas, de acordo com as necessidades individuais dos alunos (CAPELLINI; RODRIGUES, 2012; PADILHA, 2014; RIBEIRO; SILVA, 2019), bem como, observa-se a necessidade de formação docente para este novo paradigma, buscando que de fato os alunos sejam contemplados por este avanço, porém, este é outro desafio a ser superado nas mais diversas áreas, sobretudo no Ensino de Ciências (MACHADO *et al.*, 2019).

Estes apontamentos são corroborados ao se observar que as matrículas de alunos PAEE apresentaram um aumento de 2008 a 2019 (PEREIRA; REBELO, 2022; MORGADO, 2022). Destaca-se que as principais deficiências observadas nos anos de 2017 a 2019 foram surdocegueira, deficiência múltipla, altas habilidades/superdotação, TDG<sup>3</sup> e as deficiências intelectual; auditiva; visual e física. Porém, cabe destacar que apesar do aumento observado, ainda existe uma

grande disparidade entre a quantidade de alunos PAEE que ingressam em IES e a população PAEE apontada no censo demográfico brasileiro que apresenta idade para frequentar tais instituições (MORGADO, 2022).

Com base neste contexto, aonde a mudança paradigmática da educação especial possibilita que o PAEE passe a ocupar espaços que antes eram negados e negligenciados, principalmente no que se refere a uma formação pública e de qualidade, é que se constrói a pesquisa aqui desenvolvida, refletindo sobre a necessidade de se repensar o sistema educacional, e em especial o ensino superior, para que assim atenda a este novo desafio, não somente de receber estes alunos, mas formá-los com qualidade.

Portanto, a questão que norteia esta pesquisa é: Quais os dados de ingresso, matrícula e conclusão<sup>4</sup> em cursos de graduação dos alunos público-alvo da educação especial na Universidade Estadual de Ponta Grossa e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Ponta Grossa, disponíveis no Censo da Educação Superior (BRASIL, 2022) entre 2009 e 2020?

Buscando responder à questão supracitada, objetiva-se apresentar e analisar os dados de ingresso, matrícula e conclusão em cursos de graduação dos alunos público-alvo da educação especial da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Ponta Grossa, disponíveis no Censo da Educação Superior (BRASIL, 2022) entre 2009 e 2020.

### 1.1 O acesso às Universidades

Foi delimitado este período temporal em função da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008), pois se trata de uma importante conquista, possuindo como objetivo assegurar a inclusão dos alunos PAEE por meio da orientação dos,

[...] sistemas de ensino para garantir: **acesso** ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14, grifo nosso).

A delimitação 2009-2020 se deu, também, em função dos indicativos de pesquisas que apresentam um crescimento em matrículas no ensino superior a partir de 2008 (PEREIRA; REBELO, 2022; MORGADO, 2022). Assim, surge o interesse em se caracterizar este cenário para a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-PG), ambas públicas e localizadas na cidade de Ponta Grossa – Paraná, buscando visualizar se os dados destas IES seguem o movimento nacional de acesso ao ensino superior.

Cabe destacar que no período analisado (2009-2020) a UEPG possuía como forma de ingresso o vestibular e o Processo Seletivo Seriado (PSS)<sup>5</sup>, sendo que o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) poderia ser utilizado como

parte da nota nas provas objetivas, caso fosse solicitado pelo candidato (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA [UEPG], 2024). Já para a UTFPR, a forma de ingresso até 2009 era por meio de vestibular, e a partir daquele ano a universidade aderiu ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com oferta de 100% de suas vagas, deixando de realizar o vestibular como um processo seletivo entre 2010/1 e 2023/1 (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ [UTFPR], 2023), ou seja, durante todo o período analisado a UTFPR teve como forma de acesso o apenas o Sisu.

Ao que se refere o impacto do ENEM no acesso dos estudantes PAEE nestas universidades, observa-se que este exame “tem buscado adequar-se às constantes mudanças no cenário educacional. Por isso, esse exame conta com uma gama de recursos especializados e específicos para atendimento dos mais diversos públicos” (ROCHA; OLIVEIRA; TORRES, 2022, p. 89). Portanto, a adoção deste exame como nota parcial (UEPG) ou em sua totalidade (UTFPR), pode contribuir para que o acesso ao ensino superior por alunos PAEE ocorra de maneira mais próxima a equitativa.

Ao se consultar a sinopse do ENEM em 2009, observa-se que os recursos disponibilizados eram apenas sete (sendo recursos e solicitações, respectivamente no estado do Paraná: Prova em Braile – 12; Prova Ampliada – 153; Auxílio Ledor – 71; Sala de Fácil Acesso – 62; Auxílio para Transcrição – 35; Intérprete de Libras – 91; Leitura Labial – nenhuma solicitação), já em 2020 os recursos disponibilizados saltaram para 34 (sendo recursos e solicitações, respectivamente no estado do Paraná: Prova em Braile – 18; Prova ampliada – 202; Prova super ampliada – 42; Auxílio de Ledor – 317; Sala de fácil acesso – 319; Auxílio para Transcrição – 302; Intérprete de Libras – 41; Leitura labial – 19; Cadeira de rodas – 99; Cadeira separada – 56; Apoio de perna – 70; Guia intérprete – nenhuma solicitação; videolibras – 36; Maca – nenhuma solicitação; Computador – nenhuma solicitação; Cadeira especial – nenhuma solicitação; Cadeira para canhoto – nenhuma solicitação; Cadeira acolchoada – 2; Prova deitado em maca ou mobiliário similar – nenhuma solicitação; Mobiliário adequado para obeso – 2; Lâmina overlay – nenhuma solicitação; Protetor auricular – 1; Medidor de glicose e/ou aplicação de insulina – 43; Braile e/ou Reglete e Punção – 9; Soroban – 7; Marca-passo – nenhuma solicitação; Sonda com troca periódica – nenhuma solicitação; Medicamentos – 8; Sala especial individual – 7; Sala especial até 20 participantes – 19; Sala reservada para acompanhantes – nenhuma solicitação; Mobiliário específico - nenhuma solicitação; Material específico – 13; Tempo adicional – 620) (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP], 2023).

Sendo este exame, portanto, uma porta de entrada ao PAEE em universidades, dada a gama de recursos disponibilizados, o que favorece a realização adequada por estes alunos, como destacado nas sinopses do ENEM (INEP, 2023) e corroborado pela pesquisa de Rocha, Oliveira e Torres (2022).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui desenvolvida é de natureza documental (MARCONI; LAKATOS, 2003) e qualitativa (ROSA, 2013). Tem como principal fonte de informações os micros dados do Censo da Educação Superior de 2009 a 2020 (BRASIL, 2022), não

foram incluídos os dados do ano de 2008, pois não estavam disponíveis no site Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O Censo da Educação Superior, operacionalizado pelo Inep, é uma pesquisa estatística anual e declaratória, cuja abrangência é nacional. Possui como fonte de informações dados levantados de IES, cursos, alunos e docentes, por meio de sistema eletrônico – Censup (Censo da Educação Superior) (BRASIL, 2022).

Os micros dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2022) foram tratados com auxílio do *Software Excel*<sup>®</sup>. Após a realização do *download* foram convertidos do formato .csv para .xlsx com auxílio do mesmo *software*, e por meio dos filtros disponibilizados na própria planilha de dados selecionou-se as duas IES de interesse, das quais se analisou 03 variáveis (segundo a categorização do INEP), sendo elas:

1. Quantidade de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação **ingressantes** nos cursos de graduação;
2. Quantidade de **matrículas** de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação em cursos de graduação; e
3. Quantidade de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação **concluintes** de cursos de graduação.

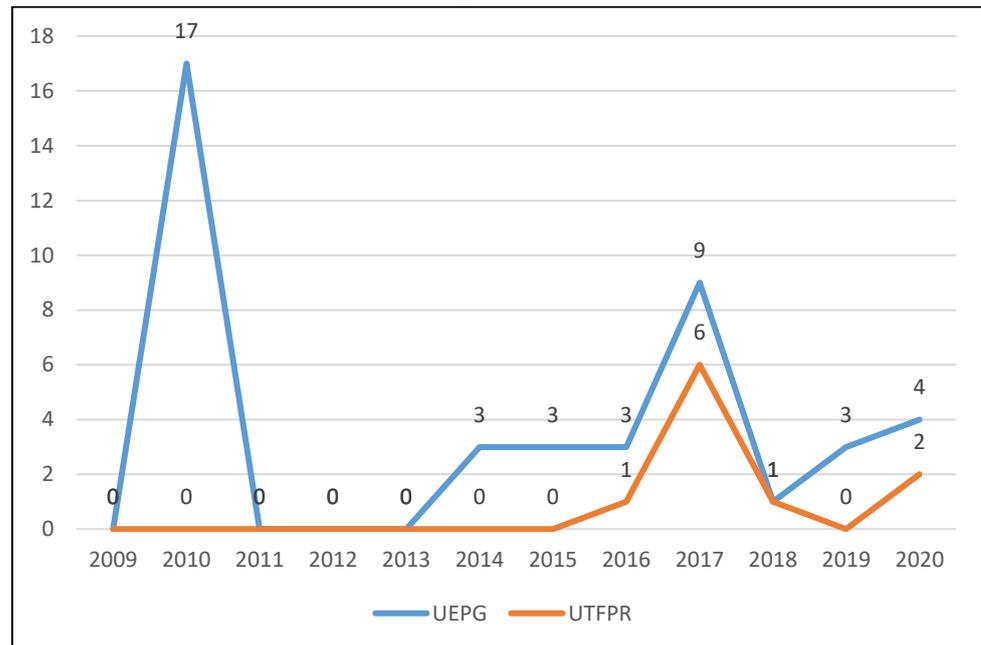
A análise dos dados encontrados deu-se por meio dos referenciais teóricos adotados neste artigo, e que pertencem ao atual paradigma da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Esta pesquisa não foi apresentada ao Comitê de Ética em função da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que afirma que “III – pesquisa que utilize informações de domínio público; IV – pesquisa censitária; V – pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual” (BRASIL, 2016b, p. 44) não apresentam a necessidade de registro e avaliação em comitês de ética (BRASIL, 2016b).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o tratamento dos micros dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2022), encontraram-se os seguintes valores para os alunos PAEE no contexto do ensino superior nas IES investigadas, entre 2009 e 2020. Apresentando-se no Gráfico 1 os valores correspondentes ao ingresso destes alunos na graduação.

Gráfico 1 – Alunos PAEE ingressantes em IES de 2009 a 2020.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Observa-se que o ano de 2010 apresentou o maior valor de ingressantes para a UEPG ( $n = 17$ ), fato que vem ao encontro do objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada no ano de 2008. Ao se analisar a forma de ingresso nesta universidade em 2010, constata-se que a UEPG adotava o vestibular e o PSS, porém, o candidato poderia requisitar o uso da nota do ENEM como parte de suas notas nas provas objetivas, nesse mesmo período o ENEM contava com sete recursos para alunos com deficiência. Apesar de ser um número baixo de recursos disponibilizados, o mesmo pode ter contrinuído para este valor de ingressantes. Destaca-se, também, que esta IES já vinha desenvolvendo projetos para se adaptar a esta nova demanda, tal como o projeto de extensão “Acessibilidade na Universidade” (KRÜGER *et al.*, 2007).

Nos demais anos analisados o ingresso foi menor, ou zero, para as duas IES, cabendo destacar que somente em 2016 a UTFPR-PG contou com o ingresso do primeiro aluno PAEE (apresentado nos relatórios analisados do Censo da Educação Superior entre 2009 e 2020). Mesmo com as políticas de cotas vigente e os recursos disponibilizados pelo ENEM.

Diversos podem ser os motivos que levam os estudantes a não ingressarem nestas IES, como por exemplo, o curso ofertado, a modalidade e o formato de ingresso aceito. Mesmo com a UTFPR fazendo uso do Sisu como forma de ingresso, o que poderia potencializar este acesso, haja visto que o ENEM apresenta uma gama de recursos especializados e específicos para o atendimento deste público (INEP, 2023; ROCHA; OLIVEIRA; TORRES, 2022), seus valores de ingresso ainda são baixos, principalmente ao se comparar com o total de ingressantes, como apresentado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Relação do total de ingressantes nas IES analisadas e alunos PAEE

Universidades analisadas		
Ano	UEPG/% de alunos PAEE	UTFPR-PG/% de alunos PAEE
2009	2.047 / 0%	487 / 0%
2010	4.854 / 0,35%	928 / 0%
2011	1.851 / 0%	727 / 0%
2012	1.741 / 0%	671 / 0%
2013	1.788 / 0%	640 / 0%
2014	1.780 / 0,17%	744 / 0%
2015	1.814 / 0,16%	737 / 0%
2016	1.903 / 0,16%	746 / 0,13%
2017	2.280 / 0,39%	801 / 0,75%
2018	2.068 / 0,05%	1.115 / 0,09%
2019	1.889 / 0,16%	847 / 0%
2020	1.790 / 0,22%	853 / 0,23%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Estes dados demonstram que o PAEE está se fazendo presente no ensino superior, mesmo que ainda de forma tímida, em poucas vagas, mas ocupando um lugar que embora muitas vezes negligenciado, é seu de direito, como já era de esperar com base nos resultados apontados nas pesquisas de Pereira e Rebelo (2022) e Morgado (2022).

Neste contexto, observa-se no Quadro 2, os cursos que apresentaram alunos PAEE ingressantes em ambas as IES. Cabe destacar que segundo o dicionário dos dados da Educação Superior, os nomes dos cursos foram adaptados no Censo da Educação Superior conforme a Classificação Internacional Normalizada da Educação Cine/Unesco (BRASIL, 2020).

Quadro 2 – Cursos com alunos PAEE ingressantes.

Universidades analisadas		
Ano	UEPG	UTFPR-PG
2009 (n=0)	Nenhum ingressante.	Nenhum ingressante.
2010 (n=17)	Licenciatura em Física (n=2), Geografia (n=2) e Matemática (n=2); Bacharelado em Geografia (n=1); Administração Pública (n=1); Direito (n=2); Engenharia de Software (n=1), Alimentos (n=3) e Civil (n=1); Odontologia (n=1) e Serviço Social (n=1).	Nenhum ingressante.
2011 (n=0)	Nenhum ingressante.	Nenhum ingressante.
2012	Nenhum ingressante.	Nenhum ingressante.

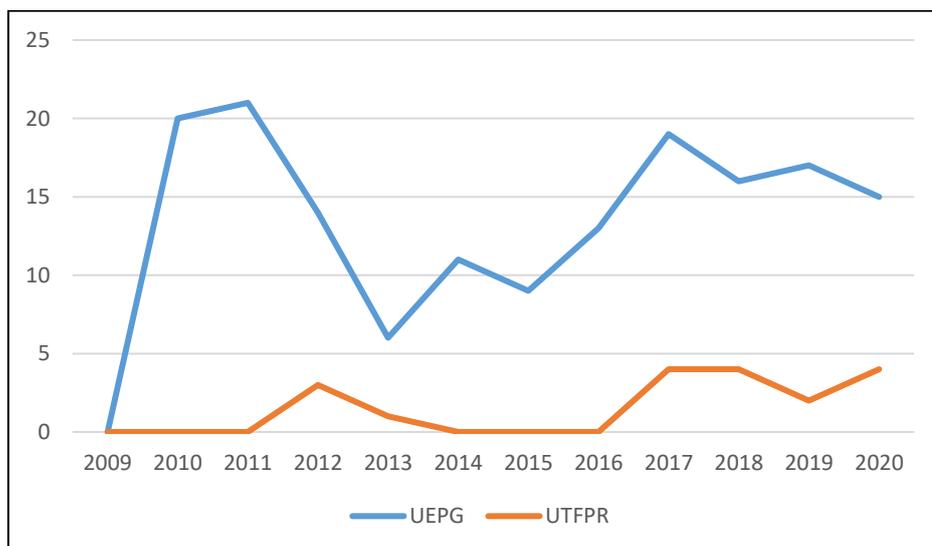
(n=0)		
2013 (n=0)	Nenhum ingressante.	Nenhum ingressante.
2014 (n=3)	Licenciatura em Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em Geografia (n=1); Engenharia de Software (n=1).	Nenhum ingressante.
2015 (n=3)	Licenciatura em Matemática (n=1); Economia (n=1) e Contabilidade (n=1).	Nenhum ingressante.
2016 (n=4)	Bacharelado em História (n=1); Contabilidade (n=1) e Odontologia (n=1).	Ciência da Computação(n=1).
2017 (n=15)	Licenciatura em Pedagogia (n=1) e Química (n=1); Administração (n=2); Administração Pública (n=2); Gestão Pública (n=1); Agronomia (n=1) e Zootecnia (n=1).	Sistemas de Informação (n=1); Ciência da Computação (n=1); Engenharia Mecânica (n=1) e de Produção (n=1); Fabricação Mecânica (n=2).
2018 (n=2)	Licenciatura em Computação (n=1).	Engenharia Química (n=1).
2019 (n=3)	Licenciatura em Artes Visuais (n=1) e História (n=1); Contabilidade (n=1).	Nenhum ingressante.
2020 (n=6)	Licenciatura em Pedagogia (n=2) e Letras Português/Inglês (n=1); Bacharelado em História (n=1).	Licenciatura em Biologia (n=1) e Sistemas de Informação (n=1).

Legenda: Após cada curso consta o número de alunos PAEE ingressantes naquele ano.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

O Gráfico 2, a seguir, apresenta as matrículas destes alunos na UEPG e na UTFPR-PG nos anos de 2009 a 2020.

Gráfico 2 – Alunos PAEE matriculados em IES de 2009 a 2020



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Apesar da variação observada nos valores da UEPG, o número de matrículas ainda é superior aos apresentados na UTFPR-PG. Conforme supracitado, diversos são os fatores que podem conduzir a tal fenômeno, inclusive a maior quantidade de cursos disponibilizados por uma das instituições, o que influencia diretamente no número de matrículas realizadas. Outro ponto de destaque é que a partir de 2017, as matrículas pertencentes à UTFPR-PG apresentaram um crescimento.

No Quadro 3, a seguir, apresenta-se o quantitativo total de matrículas *versus* as matrículas dos alunos PAEE, em ambas as IES investigadas, o que possibilita visualizar a necessidade de ações que proporcionem o aumento destes valores, principalmente ao se observar sua disparidade, pois, em nenhuma das IES analisadas os valores foram superiores à 1% do total de matrículas.

Quadro 3 – Relação do total de matriculados nas IES analisadas e alunos PAEE

Universidades analisadas		
Ano	UEPG/% de alunos PAEE	UTFPR-PG/% de alunos PAEE
2009	8.475 / 0%	1.340 / 0%
2010	8.393 / 0,24%	1.748 / 0%
2011	7.836 / 0,27%	1.975 / 0%
2012	7.042 / 0,20%	2.002 / 0,15%
2013	6.886 / 0,09%	2.122 / 0,05%
2014	7.021 / 0,16%	2.397 / 0%
2015	7.119 / 0,13%	2.633 / 0%
2016	7.722 / 0,17%	2.776 / 0%
2017	7.957 / 0,24%	2.991 / 0,13%
2018	7.870 / 0,20%	3.030 / 0,13%
2019	7.731 / 0,22%	3.085 / 0,06%
2020	7.339 / 0,20%	3.135 / 0,13%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Neste contexto, observa-se no Quadro 4 os cursos que apresentaram alunos PAEE matriculados em ambas as IES.

Quadro 4 – Cursos com alunos PAEE matriculados.

Universidades analisadas		
Ano	UEPG	UTFPR-PG
2009 (n=0)	Nenhum matriculado.	Nenhum matriculado.
2010 (n=20)	Licenciatura em Física (n=2), Geografia (n=2), Matemática (n=1), Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em História (n=1) e Geografia (n=1); Economia (n=1); Administração Pública (n=1); Direito (n=3); Engenharia de Software (n=1), Alimentos (n=3), Civil	Nenhum matriculado.

	(n=1); Odontologia (n=1) e Serviço Social (n=1).	
2011 (n=21)	Licenciatura em Física (n=2), Geografia (n=2), Matemática (n=3), Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em História (n=1) e Geografia (n=1); Economia (n=1); Administração Pública (n=1); Direito (n=3); Engenharia de Software (n=1) e Alimentos (n=3); Odontologia (n=1) e Serviço Social (n=1).	Nenhum matriculado.
2012 (n=17)	Licenciatura em Geografia (n=1), Matemática (n=2), Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em História (n=1) e Geografia (n=1); Administração Pública (n=1); Direito (n=3); Engenharia de Alimentos (n=3); Serviço Social (n=1).	Ciência da Computação (n=1); Sistemas de Informação (n=2)
2013 (n=7)	Licenciatura em Pedagogia (n=1) e Artes Visuais (n=1); Contabilidade (n=1); Administração (n=1); Administração Pública (n=1) e Direito (n=1).	Ciência da Computação (n=1).
2014 (n=11)	Licenciatura em Pedagogia (n=1), Artes Visuais (n=1), Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em Geografia (n=1); Contabilidade (n=1); Administração (n=1); Administração Pública (n=1); Direito (n=1); Engenharia de Software (n=1); Odontologia (n=1) e Turismo (n=1).	Nenhum matriculado.
2015 (n=9)	Licenciatura em Matemática (n=1); Bacharelado em História (n=1); Economia (n=1); Contabilidade (n=2); Direito (n=2); Odontologia (n=1) e Turismo (n=1).	Nenhum matriculado.
2016 (n=13)	Licenciatura em Matemática (n=1) e Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em História (n=2); Economia (n=1); Contabilidade (n=3); Direito (n=2); Odontologia (n=2) e Turismo (n=1).	Nenhum matriculado.
2017 (n=23)	Licenciatura em Pedagogia (n=1), Química (n=1), e Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em História (n=2) e Geografia (n=1); Economia (n=1); Jornalismo (n=1); Contabilidade (n=1); Administração (n=2); Administração Pública (n=2); Gestão Pública (n=1); Direito (n=1); Agronomia (n=2); Zootecnia (n=1) e Odontologia (n=1).	Ciência da Computação (n=1); Sistemas de Informação (n=1); Engenharia Mecânica e de Produção (n=1); Fabricação Mecânica (n=1).
2018 (n=20)	Licenciatura em Computação (n=1), Química (n=1) e Letras	Ciência da Computação (n=1); Sistemas de

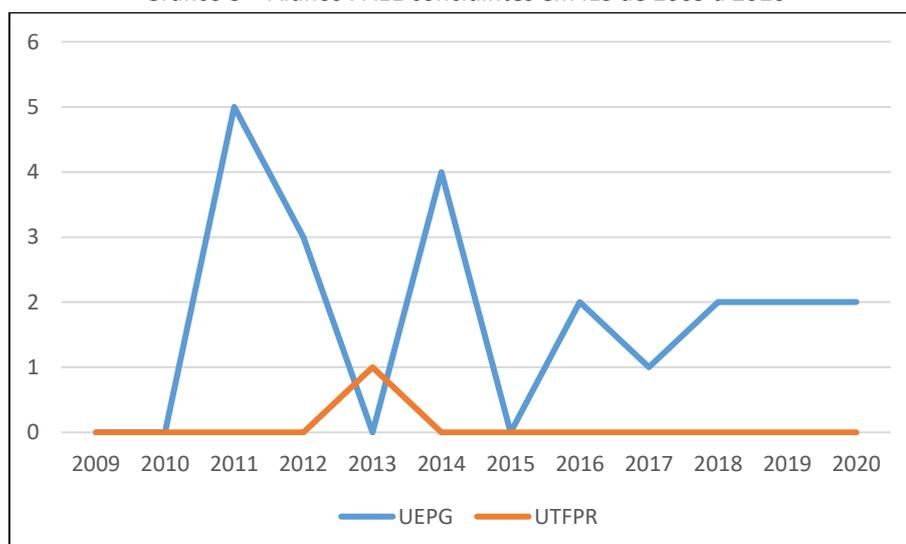
	Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em História (n=2) e Geografia (n=1); Jornalismo (n=1); Contabilidade (n=1); Administração (n=2); Administração Pública (n=1); Gestão Pública (n=1); Direito (n=1); Agronomia (n=2) e Zootecnia (n=1).	Informação (n=1); Engenharia Mecânica (n=1) e Fabricação Mecânica (n=1).
2019 (n=19)	Licenciatura em Artes Visuais (n=1), Computação (n=1), História (n=1), Química (n=1) e Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em História (n=1) e Geografia (n=1); Contabilidade (n=2); Administração (n=2); Administração Pública (n=1); Gestão Pública (n=1); Direito (n=1); Agronomia (n=2) e Zootecnia (n=1).	Engenharia Mecânica (n=1) e Fabricação Mecânica (n=1).
2020 (n=19)	Licenciatura em Pedagogia (n=1), Artes Visuais (n=1), História (n=1), Química (n=1), Letras Português/Espanhol (n=1) e Letras Português/Inglês (n=1); Bacharelado em História (n=2); Contabilidade (n=1); Administração (n=2); Administração Pública (n=1); Direito (n=1); Agronomia (n=1) e Zootecnia (n=1).	Licenciatura em Biologia (n=1); Sistemas de Informação (n=2) e Fabricação Mecânica (n=1).

Legenda: Após cada curso consta o número de alunos PAEE ingressantes naquele ano.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Para além do ingresso e da matrícula, é necessário que o aluno PAEE conclua o curso de graduação escolhido, fato que é apresentado no Gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Alunos PAEE concluintes em IES de 2009 a 2020



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

O Gráfico 3 apresenta uma importante constatação quando comparado aos demais gráficos, principalmente ao Gráfico 2, pois o quantitativo de alunos PAEE que está se matriculando nos cursos de graduação não está concluindo o curso no tempo previsto, haja vista que a taxa de conclusão é relativamente menor em ambas as IES analisadas. Não cabe a este artigo investigar os motivos que levam a tal cenário, mas sua investigação é necessária.

Tal constatação é corroborada ao se observar a diferença entre os concluintes gerais e os concluintes PAEE, como é demonstrado no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Relação do total de concluintes nas IES analisadas e alunos PAEE

Universidades analisadas		
Ano	UEPG/% de alunos PAEE	UTFPR-PG/% de alunos PAEE
2009	2.000 / 0%	169 / 0%
2010	2.139 / 0%	168 / 0%
2011	1.170 / 0,43%	135 / 0%
2012	1.266 / 0,24%	161 / 0%
2013	1.159 / 0%	148 / 0,67%
2014	1.096 / 0,36%	159 / 0%
2015	1.137 / 0%	158 / 0%
2016	1.142 / 0,17%	211 / 0%
2017	1.014 / 0,1%	352 / 0%
2018	1.266 / 0,16%	328 / 0%
2019	1.132 / 0,18%	337 / 0%
2020	476 / 0,42%	226 / 0%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Neste contexto, observa-se no Quadro 5 os cursos que apresentaram alunos PAEE concluintes em ambas as IES.

Quadro 5 – Cursos com alunos PAEE concluintes.

Universidades analisadas		
Ano	UEPG	UTFPR-PG
2009 (n=0)	Nenhum concluinte.	Nenhum concluinte.
2010 (n=0)	Nenhum concluinte.	Nenhum concluinte.
2011 (n=5)	Licenciatura em Física (n=1) e Geografia (n=1); Economia (n=1); Engenharia de Software (n=1) e Odontologia (n=1).	Nenhum concluinte.
2012 (n=3)	Licenciatura em Letras Português/Espanhol (n=1); Bacharelado em História (n=1) e Serviço Social (n=1).	Nenhum concluinte.
2013 (n=1)	Nenhum concluinte.	Ciência da Computação (n=1).

2014 (n=4)	Licenciatura em Pedagogia (n=1) e Artes Visuais (n=1); Administração (n=1) e Administração Pública (n=1).	Nenhum concluinte.
2015 (n=0)	Nenhum concluinte.	Nenhum concluinte.
2016 (n=2)	Direito (n=1) e Turismo (n=1).	Nenhum concluinte.
2017 (n=1)	Odontologia (n=1).	Nenhum concluinte.
2018 (n=2)	Bacharelado em História (n=1) e Jornalismo (n=1).	Nenhum concluinte.
2019 (n=2)	Bacharelado em Geografia (n=1) e Gestão Pública (n=1).	Nenhum concluinte.
2020 (n=2)	Licenciatura em Química (n=1) e Administração Pública (n=1).	Nenhum concluinte.

Legenda: Após cada curso consta o número de alunos PAEE ingressantes naquele ano.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Dentre as três variáveis analisadas nas duas IES (ingresso, matrícula e conclusão) observa-se que os cursos de graduação que alunos PAEE permeiam são, quase que sempre, repetidamente os mesmos, sendo assim, levanta-se a seguinte constatação e questionamento: Porque este público não está se fazendo presente em cursos de alta concorrência? Apesar do aumento do acesso de camadas mais heterogêneas da população em cursos de nível superior (SENKEVICS, 2021), e das diversas políticas nacionais e internacionais que sustentam este acesso (UNESCO, 1990; 1994; BRASIL, 1996; 2011; 2013; 2015; 2016a) o caminho a ser percorrido ainda é imenso, para que de fato estes sujeitos tenham acesso a todos os cursos que uma IES oferece, incluindo aqueles ditos de alta concorrência.

De acordo com Santos (2021), apesar dos esforços da UTFPR em cumprir a lei de cotas, coordenar atividades e ações direcionadas para o ingresso e permanência do público-alvo da educação especial, ainda apresenta “muitos limites de atuação e mudanças que precisam ser implementadas, por exemplo, a criação de uma política de acessibilidade e inclusão institucional” (SANTOS, 2021, p. 5), bem como um maior aporte orçamentário para a efetivação de uma política de inclusão (CANTORANI; PILLATI, 2015; CANTORANI *et al.*, 2020).

## CONCLUSÕES

O objetivo de apresentar os dados sobre o ingresso, a matrícula e conclusão de alunos PAEE na Universidade Estadual de Ponta Grossa e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Ponta Grossa, entre 2009 e 2020, por meio do Censo da Educação Superior, foi atingido. Seguindo o movimento nacional de acesso ao ensino superior por alunos PAEE (PEREIRA; REBELO, 2022; MORGADO, 2022), mesmo que de maneira tímida.

Estes achados vêm ao encontro da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) que preconiza a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação garantindo o acesso, participação, aprendizagem e

continuidade no ensino em todos os níveis, até a educação superior, assim como também é idealizado por outras políticas públicas (BRASIL, 2011; 2013; 2015; 2016a), porém, somente o acesso (ingresso e matrícula) não garante que o PAEE usufrua por completo das potencialidades das IES, se graduando com a qualidade que lhe é de direito, sendo que diversas são as barreiras enfrentadas por este público no ensino superior (CRUZ; SOARES; VIANNA, 2019; FANTACINI; ALMEIDA, 2020; MALHEIRO, SCHLÜNZEN JUNIOR, 2020). Apesar dos relatórios analisados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2022) não fornecerem quais os tipos de deficiências do PAEE, o quantitativo observado proporciona a legitimação deste público nas duas IES investigadas. Ainda assim, é importante destacar que apesar destes avanços, a ausência de mais e melhores políticas que fomentem o acesso e permanência neste nível de ensino ainda são necessárias (MACIEL; ARAÚJO; NOGUEIRA, 2021).

O cenário representado por estes dados apresenta como o acesso do PAEE está se dando no ensino superior destas duas IES da cidade de Ponta Grossa - Paraná. Fornecendo apontamentos sobre o ingresso e matrícula, mas também, sobre a conclusão, sendo que esta última carece de maiores investigações, pois, os números de alunos PAEE matriculados não são condizentes com o número de alunos PAEE concluintes, bem como, a necessidade de se promover o acesso deste público a todos os cursos oferecidos pelas IES, não concentrando-se apenas em um grupo de áreas.

É necessário, também, maiores investigações acerca das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação encontradas nestas duas instituições, e quais as ações afirmativas desenvolvidas para suprir as demandas oriundas deste público, de maneira a proporcionar um ensino equitativo, que atenda aos preceitos do atual paradigma da educação especial e das legislações brasileiras.

Cabe destacar a necessidade de maiores investigações acerca do processo de ingresso destes alunos em ambas as instituições, pois, com a quantidade de recursos especializados e específicos disponibilizados no ENEM, era de se esperar que os números encontrados fossem mais expressivos, indagando-se sobre como proporcionar que o PAEE de fato consiga seu lugar no ensino superior público, de forma justa e equitativa.

# **ADMISSION, ENROLLMENT, AND COMPLETION IN UNDERGRADUATE COURSES BY STUDENTS FROM THE TARGET GROUP OF SPECIAL EDUCATION IN THE CITY OF PONTA GROSSA, PARANÁ**

## **ABSTRACT**

The expansion of higher education has allowed increasingly heterogeneous groups to access Institutions of Higher Education (IHEs), such as the Special Education Target Group (PAEE). In this perspective, this study aims to present and analyze the data on admission, enrollment, and completion in undergraduate courses of PAEE students from the State University of Ponta Grossa (UEPG) and the Federal Technological University of Paraná, Ponta Grossa campus (UTFPR-PG), available in the Higher Education Census from 2009 to 2020. This is a documentary and qualitative research study; the microdata from the Higher Education Census was processed using Excel® software. It was observed that the largest number of entrants at UEPG occurred in 2010, whereas at UTFPR-PG the first admission recorded in the census was in 2016. UEPG shows a higher number of enrollments, while UTFPR-PG has been growing over the past three years. The completion rate for undergraduate courses is low in both IHEs and is lower than the number of enrollments. The scenario represented by these data illustrates how PAEE access is unfolding in the higher education of these two IHEs, providing insights not only on admission and enrollment but also on completion, with the latter requiring further investigation since the numbers of enrolled PAEE students do not correspond with the number of PAEE graduates.

**KEYWORDS:** Equity in Education. Undergraduate Studies. Special Education.

## NOTAS

1 Este artigo é uma versão ampliada e revisada de um artigo publicado no VII SINECT (2022).

2 Entende-se como paradigma um conjunto, modelo ou padrão compartilhados por uma comunidade científica e que possibilitam a explicação de certos aspectos da realidade, e para além, gerando novas teorias (KUHN, 2013). Cabe destacar que de acordo com Kuhn (2013), os paradigmas podem ser superados, e nestes casos, os conjuntos, modelos ou padrões superados, tendem a ser esquecidos, e aos poucos pesquisadores que permanecem no paradigma superado, tendem a se isolar.

3 O termo TGD engloba variáveis como Autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de RETT e Transtorno Desintegrativo (MORGADO, 2022, p. 121).

4 Compreende-se por Ingresso aquele aluno PAEE que foi aprovado no processo de seleção aplicado pela IES a qual concorreu à vaga. Já a Matrícula refere-se aqueles alunos PAEE que estão regularmente matriculados em cursos de graduação em IES. Conclusão destina-se aos alunos PAEE que finalizaram seu curso de graduação em uma IES, obtendo assim seu título.

5 O Processo Seletivo Seriado (PSS) iniciado em 2001, consiste em uma modalidade de seleção gradual, sistemática e cumulativa, que é realizada anualmente, avaliando o desempenho dos cadidados ao ensino superior de graduação na UEPG, a partir do seu aproveitamento em cada uma das séries do Ensino Médio (UEPG, 2024).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Plano,da%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20os](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Plano,da%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20os). Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com

deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, 2016a. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm).

Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESu–2013**, 2013. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category\\_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados**. 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados**, 2020. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. [Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana].

**Diário Oficial da União**: Seção 1, n. 98, p. 44, 24 mai. 2016b. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=24/05/2016&pagina=44>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CANTORANI, J. R. H.; PILATTI, L. A. Acessibilidade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: análise a partir de relatórios do Inep e do olhar do gestor.

**Educar em Revista**, n. 57, p. 171-189, 2015. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-4060.41363>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CANTORANI, J. R. H.; PILATTI, L. A.; HELMANN, C. L.; SILVA, S. C. R. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 1-26, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782020250016>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. (org.). **Educação Inclusiva: Fundamentos históricos, conceituais e legais**. Volume 2. Bauru: UNESP/FC, 2012. E-book (201 p.). (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). ISBN 978-85-99703-70-0. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/284714199\\_EDUCACAO\\_INCLUSIVA\\_FUNDAMENTOS\\_HISTORICOS\\_CONCEITUAIS\\_E\\_LEGAIS](https://www.researchgate.net/publication/284714199_EDUCACAO_INCLUSIVA_FUNDAMENTOS_HISTORICOS_CONCEITUAIS_E_LEGAIS). Acesso em: 14 jun. 2022.

CRUZ, T. X.; SOARES, W. D.; VIANNA, R. S. M. Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior: Uma revisão integrativa. **Revista Portal Saúde e Sociedade**, 4(1), p. 1062-1075, 2019. DOI <https://doi.org/10.28998/rpss.v4i1.6745>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FANTACINI, R. A. F.; ALMEIDA, M. A. Inclusão no ensino superior: produção científica do Programa de pós-graduação em Educação Especial da UFSCar. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 14, p. 1-15, jan./dez. 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.14244/198271993208>. Acesso em: 17 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. **Sinopses Estatísticas do Exame Nacional do Ensino Médio**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>. Acesso em: 14 abr. 2024.

KRÜGER, J. A.; MACHADO, R. R.; MACHADO, É. R.; VALDÍVIA, F. A.; UCZAK, R.; LICHACOVSKI, J. C. G.; SILVA, M. B. Acessibilidade na universidade: Repensando os processos inclusivos. **Revista Conexão UEPG**, v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514151721005>. Acesso em: 15 set. 2022.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MACHADO, M. S.; SIQUEIRA, M. R. P.; ROCHA-OLIVEIRA, R.; DUARTE, A. C. S. Panorama de publicações no ensino de ciências e educação inclusiva: o que tem sido produzido? **R. bras. Ens. Ci. Tecnol.**, v. 12, n. 2, p. 395-426, mai./ago. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.3895/rbect.v12n2.5205>. Acesso em: 22 maio 2023.

MACIEL, C. E.; ARAÚJO, E. J. M.; NOGUEIRA, D. X. P. Acesso de estudantes com deficiência na educação superior: Avanços e desafios. **Revista de Educação, Linguagem e Literatura**, n. 13, 2021, p. 1-23. DOI <https://doi.org/10.51913/revelli.v13i0.12235>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MALHEIRO, C. A. L.; SCHLÜNZEN JUNIOR, K. Inclusão e acessibilidade no ensino superior brasileiro. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 94546-94554, dec. 2020. Disponível em:

<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/20988/16742>.

Acesso em: 17 ago. 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas, 2003.

MORGADO, L. A. S. **Indicadores censitários da educação superior brasileira (2017-2019)**: Estudantes público-alvo da educação especial. 2022. 171 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16305>. Acesso em: 28 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtien: UNESCO, 1990. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por). Acesso em: 17 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 17 ago. 2022.

PADILHA, C. A. T. **Educação e Inclusão no Brasil (1985 – 2010)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas – São Paulo, 2014. DOI

<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2014.943630>. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/943630?guid=1655223520474&returnUrl=%2fresultado%2fflistar%3fguid%3d1655223520474%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d943630%23943630&i=1>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PEREIRA, A. P. E. B. S.; REBELO, A. S. Indicadores de matrículas do público-alvo da Educação Especial na Educação Superior no Brasil (2008-2018). **Séries-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 27, n. 60, p. 287-305, maio/ago. 2022. DOI

<http://dx.doi.org/10.20435/serieestudos.v27i60.1544>. Acesso em: 17 ago. 2022.

RIBEIRO, L. L.; SILVA, R. M. A educação especial nas políticas educacionais brasileiras: Uma abordagem histórica. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 21, p. 1-36, 2019. Disponível em:

<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3073/2214>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ROCHA, L. R. M.; OLIVEIRA, J. P.; TORRES, J. P. Análise dos recursos solicitados para atendimento especializado e/ou específico no exame nacional do ensino médio: Série histórica (2016-2020). **SISYPHUS**, v. 10, n. 3, p. 86-101, 2022. DOI <https://doi.org/10.25749/sis.27509>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ROSA, P. R. S. **Uma introdução à pesquisa qualitativa em ensino de ciências**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2013. E-book. Disponível em: [http://paulorosa.docente.ufms.br/Uma\\_Introducao\\_Pesquisa\\_Qualitativa\\_Ensino\\_Ciencias.pdf](http://paulorosa.docente.ufms.br/Uma_Introducao_Pesquisa_Qualitativa_Ensino_Ciencias.pdf). Acesso em: 12 ago. 2022.

SANTOS, T. C. A. **Inclusão e acessibilidade dos estudantes público-alvo da educação especial nos cursos de graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Santa Helena, 2021. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/27043>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SENKEVICS, A. S. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 3, n. 4, p. 199-246, 2021. DOI <https://doi.org/10.24109/27635139.ceppe.v3i4.4892>. Acesso em: 14 jul. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA [UEPG]. **Coordenadoria de Processos de Seleção**. 2024. Disponível em: <https://cps.uepg.br/inicio/index.php/vestibular/vestibular-2023>. Acesso em: 14 abr. 2024.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ [UTFPR]. **Vestibular UTFPR será lançado no próximo dia 14**. 2023. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/noticias/geral/vestibular-utfpr-sera-lancado-no-proximo-dia-14#:~:text=A%20UTFPR%20aderiu%20ao%20Sisu,Diretorias%20de%20Gradua%C3%A7%C3%A3o%20da%20Universidade>. Acesso em: 14 abr. 2024.

**Recebido:** 25 maio 2023.

**Aprovado:** 01 fev. 2025.

**DOI:** 10.3895/rbect.v18n1.17017

**Como citar:** MARCONDES, R.; SILVA, S. C. R.; SILVA, S. L. R. Ingresso, matrícula e conclusão em cursos de graduação de alunos público-alvo da educação especial na cidade de Ponta Grossa – Paraná. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, v. 18, p. 1-20, 2025. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/17017>>. Acesso em: XX.

**Correspondência:** Renato Marcondes – [renatomarcondes.renato@gmail.com](mailto:renatomarcondes.renato@gmail.com)

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

